

A subserviência da universidade ao capital: uma análise do reordenamento da educação superior brasileira

Alisson Slider do Nascimento de Paula¹

Resumo

Pretendemos analisar neste trabalho a contrarreforma do Estado e da educação superior do Brasil, dando ênfase na mistificação da política de educação superior como mecanismos de democratização desse nível de ensino. O método de análise da pesquisa é o materialismo histórico-dialético, por compreendermos ser o método que se propõe a analisar, criticar e superar o sistema capitalista de produção. Constatamos que os ajustes estruturais do receituário do Banco Mundial (BM), fez com que os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula da Silva e de Dilma Rousseff (em curso) realizassem um processo de privatização sem precedentes. Com isso, a educação superior não conseguiu fugir do caráter destrutivo do capital em procura de novas fontes de extração de mais-valia.

Palavras-chave

Crise da Universidade. Estado. Capital.

1. Mestrando em Educação na Universidade Federal do Ceará, integrante do Grupo de Pesquisas em Trabalho, Práxis, Política e Educação (GTPPE/UFC). E-mail: alisson.slider@yahoo.com.

The university subservience to capital: a reordering analysis of Brazilian higher education

Alisson Slider do Nascimento de Paula*

Abstract

We aim to analyze the Counter-Reformation of higher education of Brazil, emphasizing the mystification of politics of higher education as mechanisms for democratization. The method of analysis is the historical and dialectical materialism, because we realize that it aims to analyze, criticize and overcome capitalism system of production. We note that the under the structural adjustments, the prescription of the World Bank, the governments of Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva and Dilma Rousseff (ongoing) adopted an unprecedented privatization process. Thus, higher education could not escape of the destructive nature of the capital to search new sources of surplus value extraction.

Keywords

University Crisis. State. Capital.

* MSc student in Education, Federal University of Ceará, State of Ceará, Brazil, member of the Work, Praxis, Policy and Education Study Group (GTPPE/UFC). E-mail: alisson.slider@yahoo.com.

Introdução

Neste texto, pretendemos analisar a contrarreforma² do Estado e da educação superior no Governo Lula (2003-2010), em contraponto com o Governo FHC (1995-2002), enfocando a mistificação da Política de Educação Superior como mecanismo de democratização do acesso à educação superior. Ainda, buscaremos expor as políticas implementadas durante os governos PT, não deixando de fora o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) implementado no governo Dilma Rousseff (em curso).

Faremos uso, enquanto método de análise, do materialismo histórico-dialético, subsídio para apreendermos os elementos que trespasam o ensino superior do Brasil, em uma sociedade em que rege o modo de produção capitalista e possui como mediador o Estado. Justificamos o uso desse método, por compreendermos ser ele o único que se propõe a analisar e superar o atual estágio social dominado pelo sistema de mercadorias.

A exposição do trabalho será apresentada, primeiramente, abordando a dinâmica da crise que o sistema metabólico do capital vivencia desde a década de 1970. Pretendemos apresentar os atributos intrínsecos ao seu movimento de reprodução, bem como as estratégias tomadas para solucionar sua atual fase de declínio. Ademais, iremos empreender uma análise acerca do Estado a partir de uma perspectiva crítica, que, historicamente, pontua que ele foi constituído como elemento de defesa dos interesses da burguesia, tendo em vista os desdobramentos das Políticas de Educação Superior implementadas pelos governos petistas. Dessa forma, a partir dessas duas seções, será possível, ainda que rudimentarmente, caracterizar o panorama de crise da universidade brasileira.

A crise do capital e a necessidade de sua resolução

O capital acarreta em sua reprodução uma expansão fora de controle, em função dos mecanismos de acumulação que conduzem o sistema a crises recorrentes. As crises do sistema produtor de mercadorias têm como atributo serem crises de superprodução, de acordo com a análise desenvolvida por Marx e Engels (2009, p. 33), para quem

as crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução.

Todavia, a crise atual (que surgiu na década de 1970) expõe predicados diferenciados dos que a precederam, sendo identificada por Mézáros (2002) como crise estrutural do capital e aciona os limites civilizatórios do sistema sociometabólico do capital, reforçando, assim, seu caráter regressivo-destrutivo.

A partir de uma análise da história acerca dessa crise, são identificadas características particulares: “caráter universal; alcance global; temporalidade permanente (escala de tempo extensa); e modo de desdobramento rastejante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). Os desdobramentos da crise se concretizam na expropriação incessante dos recursos naturais, na remoção de direitos sociais e na flexibilização dos direitos trabalhistas, como possibilidade de recompor as taxas de lucro do capital (ANTUNES, 2009).

A crise de acumulação do capital é verificada como componente característico do capitalismo, que tentou diversos mecanismos

2. No artigo, usaremos os termos “reformas” e “contrarreformas” para afirmar que, na realidade, foram realizadas contrarreformas, pois efetivaram a retirada de direitos sociais e não sua ampliação.

para superá-la ou amenizá-la, dentre eles, a procura por áreas novas de expropriação, que engendre lucros, e da intensificação da exploração da força de trabalho.

Os capitalistas organizam meios para tentar retomar as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as contrarreformas do Estado. No cenário da produção, tende a uma transição do taylorismo/fordismo, que alcançou aceitação global com a produção em massa, ao toyotismo (caracterizado como sistema de organização flexível e de produção por demanda), iniciado nas fábricas japonesas.

No cenário das contrarreformas, a crise movimenta o ideário do capital a procurar a efetivação das políticas neoliberais, realizando, assim, mudanças na configuração do Estado. O fundamental da lógica neoliberal é verificado como

disciplina orçamentária, limitação dos gastos sociais, e reparo de uma chamada taxa natural de desemprego, fomentando a expropriação dos trabalhadores doravante o engrossamento das fileiras do exército de reserva. (ANDERSON, 1995, p. 11).

Esses itens são indicados como saídas para a crise. De acordo com Nishimura (2014, p. 50),

De uma crise estrutural da acumulação capitalista tenta-se encobrir como uma crise causada pelo aumento dos gastos sociais do Estado. Inclusive culpabilizando os sindicatos por promoverem lutas por aumentos salariais e por outros direitos trabalhistas.

No cenário de crise da economia internacional da década de 1970, fruto da superprodução de mercadorias, baixos percentuais de investimento e queda da taxa de lucro, os postulados do Estado do Bem-Estar Social foram severamente criticados, como também os direitos sociais foram objeto de intenso ataque como responsáveis pela estagflação. O ideário que consubstanciou o

ataque da burguesia internacional aos direitos sociais e aos sindicatos ficou conhecido como neoliberalismo. Vale destacar que o neoliberalismo foi a resposta do capital diante da crise para recuperar suas margens de lucro e relançar a economia em um novo processo de acumulação. Daí o surgimento das chamadas “reformas” do Estado, que visam desobstruir o caminho para o mercado (LIMA, 2012).

O Estado e a política de educação superior

O Estado capitalista advém de extensas mudanças efetivadas por meio da história. Peres (2008), partindo de uma concepção de Estado como mediador da educação e da sociedade, denota com precisão que o Estado, ao ser constituído e fomentado pela classe hegemônica, é ele mesmo uma entidade que advoga os interesses dominantes, ainda que mediações se sobressaíam com as intervenções sociais, de caráter assistencialista, empreendidas por esta entidade. Contudo, o Estado não é nenhuma entidade neutra entre as diversas classes.

A relativa autonomia do Estado frente aos interesses das diferentes classes sociais apenas obscurece a sua íntima relação com a reprodução geral do capital. (COSTA, 2006, p. 55).

Destarte, o Estado submisso aos preceitos do sistema capitalista de produção, a partir da lógica neoliberal, indica o mercado como entidade ideal para a regulação dos antagonismos sociais, pois existe uma falta de interesse da classe hegemônica para administrar os direitos sociais ou apenas de garanti-los e expandi-los. Todavia, no que tange aos direitos trabalhistas e sociais, pode-se notar o processo retrógrado a partir da reestruturação produtiva que fez uso da diluição dos direitos garantidos socialmente,

tendo em vista tirar o sistema de sua depressão econômica. Portanto, isso se trata de uma evidência que não interessa garantir direito por parte da burguesia aos setores populares, pois só ambicionam a busca desenfreada pelo valor, ou seja, a procura desenfreada pelo lucro.

Para Mészáros (2010, p. 261), o Estado é pré-requisito imprescindível para a operacionalidade inabalável do sistema metabólico de capital,

em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente.

Para pensar a educação superior é preciso refletir sobre a função do Estado calcado por essa racionalidade, já que ele realiza a função de regulação e supervisão da educação pública. Portanto, revelar o que está oculto no sistema educacional, baseado na chamada “democratização da educação brasileira”, com uma crucial expansão de vagas por meio de políticas para o acesso ao ensino superior, está na ordem do dia. Nesse prisma de reparo do capital (PINO, 2010), o projeto neoliberal, ratificado pela retórica pós-moderna, provoca uma clara cultura reacionária, da qual o movimento ideológico detém o objetivo de expandir a extração de mais-valia do setor educacional, mediante políticas implementadas pelo aparato estatal.

Assim, no que tange às políticas de educação, é crível perceber a força determinante do Estado neoliberal com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A LDB/1996, em seu escopo, art. 7º, corrobora o princípio constitucional que possibilita o repasse de

investimentos públicos para as instituições sem fins lucrativos: comunitárias, confessionais e filantrópicas. Com os desdobramentos que se deram a partir desse movimento, provocou-se, no cenário da educação superior, um aumento considerável das matrículas, bem como da quantidade de instituições no setor privado³.

Durante os governos FHC (1995-2002), tal expansão foi possível, de acordo com Castro (2006), por vários aspectos, entre eles duas legislações peculiares – os decretos nº 2.306/97 e nº 3.860/01, que efetivaram a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) –, acompanhando o padrão orientado pelo Banco Mundial. Essas medidas foram defendidas na LDB/1996 e no PNE de 2001.

Boito Jr. (2005, p. 48) alega que os governos Lula da Silva (2003-2010) não só deu continuidade à dinâmica neoliberal, como também construiu “uma nova versão do modelo capitalista neoliberal” frente à inserção de um duplo movimento: o primeiro produz transformações na política econômica e, no outro lado, expandem-se rigorosamente os programas sociais assistencialistas, focalizados para as camadas desfavorecidas da classe trabalhadora, como alívio da pobreza. Elencamos como modelos de políticas sociais focalizadas e compensatórias, o Programa Bolsa Família e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (Proeja). O autor atribui aos governos Lula a designação de “governo social-liberal” ou “terceira via da periferia” em virtude da expansão formidável de políticas focalistas e compensatórias que, assim, têm contribuído para engodar e dominar o movimento sindical e social.

A contrarreforma do ensino superior realizada pelos governos Lula, teve início com a organização do Grupo de Trabalho

3. Embora, os dados indiquem que, nos governos FHC, a política de expansão da educação superior tenha contado com forte participação do setor privado, não houve mudança de rota nos governos Lula (2003-2010) e no primeiro mandato da atual presidente Dilma Rousseff (2011-2014).

Interministerial (GTI), a partir do Decreto nº 4.861/2003, que alegava a necessidade de examinar bem como constituir um plano que enfatizasse mudanças estruturais nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2003).

O GTI publicou, ainda em 2003, o documento com o título “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira” (BRASIL, 2003), que apregoa um possível agravamento da crise financeira das universidades públicas do Brasil. Entre as opções indicadas pelo documento, é destacada a procura por outras fontes de investimentos, a ampliação dos cursos de graduação a distância e a expansão das vagas nos cursos presenciais.

Nos governos Lula, a política de expansão expõe diferenciações e continuidades. Conforme Monte, Guimarães e Farias (2013, p. 37),

a diferenciação se deu por três políticas: aprovação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), via Medida Provisória Nº 213, de 10 de setembro de 2004, regulamentado pelo Decreto Nº 5.245, de 15 de outubro de 2004, posteriormente convertido na Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e regulado pelo Decreto Nº 5.493, de 18 de julho de 2005; liberação de oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de Educação a Distância (EaD), expresso no Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o qual regulamenta o artigo 80 da LDB (que trata da EaD); aprovação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

A política educacional dos governos PT para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apresenta a proposta de “serviços educacionais” pela iniciativa privada e a remoção da responsabilidade do Estado de garantir direitos, ficando ao seu encargo somente tratar da supervisão das instituições públicas. O Projeto

de Lei de Reforma Universitária, nº 7.200/06, que estabelece normas gerais para a educação superior, é uma evidência clara desse processo.

A disputa pelo crescente mercado da educação tem atingido destaque em escala global. No Brasil, consoante a análise de Leher (2003), esse mercado obteve intervenção estatal, especialmente nos anos de 1990, com a promulgação da atual LDB, que determinou a propagação e a diversificação das IES, possibilitando a criação de instituições que rompessem com o modelo europeu – calcado na articulação ensino-pesquisa-extensão – e ficassem restritas somente ao ensino.

Como alega Leher (2003), os empresários da educação superior estreitaram, cada vez mais, ao longo dos últimos anos, suas relações com o governo, procurando garantir suas aspirações, investindo em diversas frentes.

Dessas interconexões entre empresários e governos, resultaram: falta de controle público sobre mensalidades; isenções tributárias, inclusive da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do salário-educação (2,5% sobre a folha de pagamento), para todas as instituições “sem fins lucrativos” [...]; empréstimos a juros subsidiados, via BNDES [...]; renúncia de recolhimento previdenciário (permitindo uma economia de até 30% da folha de pagamento; e, ainda, os repasses diretos de verbas públicas, por meio do crédito educativo e, a partir de 1999, do Fies. (LEHER, 2003, p. 89).

Os meios tomados já no primeiro mandato do governo Lula para alastrar o ensino superior, expõem a opção pela ampliação do ensino privado, dando seguimento à tendência de progressivo favorecimento do setor. Entre as medidas adotadas nesse sentido, destacamos o PROUNI, que permite a transferência de vultosos recursos públicos para as IES privadas por meio da renúncia fiscal o que, inclusive, contraria o Art. 213 da Constituição Federal de 1988, que proíbe a aplicação de recursos públicos em

instituições com fins lucrativos. Todavia, apesar de demasiadas as políticas implementadas que fragilizaram a educação brasileira, daremos foco somente para a educação superior, levando em consideração os limites deste trabalho.

O PROUNI é protegido por seus propositores como a mais democrática das ações do governo Lula, pois realiza – no discurso petista – a democratização da educação superior, mas camufla que as maiores ambições e beneficiados são as Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) (com ou sem fins lucrativos).

Sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sua finalidade camuflada é convencionar a educação superior brasileira às cobranças de avaliação implantadas nos documentos provindos dos organismos internacionais, de uma grande tendência do cunho quantitativo e competitivo. Supostamente, um instigador do crescimento da qualidade de cursos e fiscalizador dos estabelecimentos privados, o Sinaes serviria, na verdade, para conformar as IES a se moldarem ao modelo que está sendo implantado.

Já a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), para Trópia (2009, p. 75),

[...] difundida como democrática e positiva por estimular a arrecadação de novos recursos, acaba incentivando a criação de nichos privilegiados que recebem recursos para seus grupos, mas não para a universidade pública que cede espaço físico, laboratórios, equipamentos (o investimento mais oneroso) e os próprios pesquisadores. Um aspecto que chama a atenção é a possibilidade de pagamento dos pesquisadores civis e militares pelo seu envolvimento em projetos patrocinados pela Lei – o que garante o recebimento de recursos para os grupos de pesquisa que despertem o interesse das grandes empresas por meio dos Fundos Setoriais, mas não para a Universidade, e que mina, ainda mais nestas áreas, os laços de solidariedade trabalhista e profissional. Em uma conjuntura de desregulamentação dos direitos trabalhistas e de contenção salarial, para cientistas das áreas tecnológicas, a Lei

atrai pelo seu apelo financeiro (renda extra) e ideológico, na medida em que converte o docente em “empreendedor” e “empresário”, cujo capital é, diga-se de passagem, o patrimônio público. Além disso, são previsíveis as consequências para as áreas de pesquisa básica e nas ciências sociais e humanas – que são atrativas apenas quando rebaixadas ao patamar da produção meramente ideológica.

Trata-se, portanto, de mais uma medida que institucionaliza o controle do mercado sobre a pesquisa científica, bem como a privatização da pesquisa universitária. As parcerias público-privadas instituíram normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Criadas para toda a administração pública direta e indireta, os contratos de parceria reservam ao Estado a função de distribuidor e pagador, enquanto ao parceiro privado (nacional ou internacional) cabe gastar, contratar obras e serviços e gerir o projeto. A Educação a Distância, embora aluda, em conjunto com a Lei das parcerias público-privadas, à democratização do ensino superior, visa consolidar a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro.

No primeiro ano do segundo mandato, o governo Lula intensificou o processo de mudanças no ensino superior, consagrando a visão mercantil, utilitarista e regressiva. Mercantil porque consagra a visão da educação como uma mercadoria; utilitarista, pois tão somente voltada para o mercado de trabalho e para a empregabilidade; regressiva, pois significa um retrocesso em termos científicos e culturais para a educação e a cultura brasileiras – aumentando a dependência cultural e científica do país relativamente aos países centrais. (TRÓPIA, 2009, p. 76).

A publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta, a Universidade Nova contemplam um

conglomerado de medidas direcionadas ao desmonte do modelo de universidade pública brasileira e sua modificação por diversos modelos de formação superior.

O PDE, lançado em abril de 2007, é um conglomerado de 28 ações. Entre elas, as mais polêmicas dizem respeito às IFES e à formação de professores. O aspecto mais preocupante da ação referente às IFES não está vinculado à proposta de duplicação da quantidade de vagas, pois se trata de uma medida relevante e democrática. Todavia, ela vem seguida de um conjunto de pré-condições, como por exemplo, a reformulação dos currículos dos cursos, como também o arrefecimento do custo por aluno. Isto é, as universidades que aprovassem a adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teriam adicionais financeiros desde que aderissem ao preocupante modelo de ensino superior flexível. Vale destacar, também, outra ação que preocupa o contexto universitário, pois se trata da contratação de professor equivalente.

Flexibilização curricular e trabalhista, racionalização de recursos e ensino a distância como forma de democratização do acesso e de formação de professores são também os pressupostos que vêm sendo difundidos para a implantação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI, da Universidade Aberta, do banco de professores-equivalentes, bem como a proposta de implantação da Universidade Nova. (TRÓPIA, 2009, p. 76).

Mediante o Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, o governo Lula instituiu o REUNI, que teve como objetivo

criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

Em relação às metas, podemos destacar

a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007).

Além dessa meta, cuja hipótese é a redução dos gastos públicos, através do aumento do número de conclusão de cursos dos alunos, como também o aumento do número na relação aluno/ professor, o decreto apresenta também como meta a reformulação dos cursos de graduação. Encontra-se, nas diretrizes do REUNI, a diversificação das modalidades de graduação, que estão em conformidade com a proposta de Universidade Nova, em completo acordo com o processo de Bolonha⁴, no que tange a internacionalização da educação superior, o que exprime formas que engendram um formato de imperialismo acadêmico⁵.

Doravante o exposto, atentando-nos para

4. O Processo de Bolonha trata-se de um marco preponderante na reforma das instituições de ensino europeias. Estabelece como meta a constituição de um Espaço Europeu de Ensino Superior que torne exequível a internacionalização das universidades, sendo abrangido para todo o globo, intensificando, assim a heteronomia cultural das universidades dos países da periferia do capitalismo.

5. O “imperialismo acadêmico” surge a partir de nossa compreensão acerca dos interesses de setores hegemônicos quanto à necessidade dos países periféricos passarem por um processo de diversificação das instituições, das fontes de financiamento e dos cursos, o que desvela a intenção acerca da privatização do ensino superior por compreendem o ensino superior como um nicho mercadológico crucial para extração lucrativa, bem como a mudança dos currículos nos cursos de graduação, o que implica uma redefinição na formação profissional nos países da periferia do capitalismo, buscando, portanto, formar profissionais que atendam às demandas do capital e que tenham como núcleo formativo a “pedagogia das competências”, além de contribuir no processo de dominação ideológica.

as políticas implementadas no governo Dilma Rousseff, damos ênfase ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei nº 13.005 de 2014 (BRASIL, 2014), orientados pelo Documento Final da Conferência Nacional de Educação (2010). Nesse Plano, são traçadas 20 metas e uma série de estratégias para a educação brasileira nos próximos dez anos. Uma análise metódica evidencia que este PNE busca sistematizar os principais projetos educacionais implementados desde 2004 nos governos Lula da Silva. Ao analisar a referida lei, é possível evidenciar um movimento que dá seguimento e aprofunda os eixos basilares da política de educação vigente no período 2003-2013. Esse movimento acontece, entre outros, em relação à expansão da oferta educacional mediante uso das parcerias público-privadas (PPP) na educação, bem como de incorporação do REUNI, a partir da meta 12, que pretende uma elevação da taxa de matrículas no ensino superior para 33%. Dessa forma, essas políticas deixam de ser medidas de governo e passam a ser políticas de Estado.

Considerações finais

A efetivação dos ajustes estruturais do receituário do Banco Mundial fez com que os governos FHC, Lula da Silva e Dilma Rousseff (em curso) realizassem um processo de privatização que acarretou uma desnacionalização de empresas estatais sem precedentes na história global. Essa política antinacional solidificasse em muitas faces, assim como Medusa, que possuía várias serpentes na cabeça: desmonte da economia nacional, adaptação passiva do país à sua posição na divisão internacional do trabalho e no mercado financeiro, e, no

campo da educação superior, a eliminação do padrão *humboldtiano*⁶ e a potencialização da mercantilização desse direito social.

A educação é um direito social por se tratar de um bem público, definido como tudo aquilo que atende a certo padrão de avaliação e ao interesse social. Além disso, é garantido constitucionalmente. Contudo, na compreensão do ideário neoliberal, a educação representa um expressivo nicho de mercado, o qual simboliza retorno de investimentos para o grande empresariado, bem como elementos de dominação ideológica. Desse modo, no Neoliberalismo, os direitos passam a produtos a serem comercializados. De acordo com Leher (2007, p. 13),

A liberalização dos serviços educacionais passa a compor a agenda dos senhores do mundo, não apenas na OMC, mas nos tratados de livre comércio – ALCA, TLCAN, CAFTA, entre outros.

A educação não conseguiu fugir do caráter destrutivo do capital à procura de novas fontes de extração de mais-valia. A classe hegemônica pressiona, de maneira crescente, os governos neoliberais, principalmente a burguesia de serviços, buscando garantir os recursos públicos para ampliação de sua política privatista de ensino superior. E o PNE (2014-2024) está empenhado nessa lógica, com uma gama de ações (Prouni, FIES, EaD, Sinaes, Reuni) que contribuem para uma expansão favorecedora, especificamente, do setor mercantilista da educação, presenteando-o com isenções de impostos, certificação em larga escala, e tornando-o um dos mais lucrativos setores do país. O cenário da educação superior vive um grande colapso, uma verdadeira crise corrosiva da Universidade.

6. O modelo *humboldtiano* se trata de um modelo de organização universitária alemão, o qual tem como eixo norteado a tríade “ensino-pesquisa-extensão”, dando ênfase na concepção do estudante como investigador autônomo do processo de formação.

Referências

BOITO JUNIOR, A. O governo Lula e a reforma do neoliberalismo. **Revista da Adusp**, São Paulo, v. 34, p. 6-11, 2005. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a01.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9998.htm>. Acesso em: 22 fev. 2015.

COSTA, L. C. **Os impasses do Estado capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, A. R. ; MONTE, E. D. ; FARIAS, L. M. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho docente. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 52, p. 34-45, 2013.

LEHER, R. Para silenciar os campi. **Educação & Sociedade**, São Paulo, Campinas, v. 25, n. 88, p. 867-892, 2004.

_____. A problemática da universidade: 25 anos após a “crise da dívida”. **Universidade & Sociedade**, Brasília, v. 39, p. 9-16, 2007.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. X. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, L. M. W. X. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MESZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERES, C. A. Educação superior e sociedade: a mediação do estado a serviço do mercado. In: SOUZA, I. M. (Org.). **Estado, educação e sociedade capitalista**. Cascavel: Edunioeste, 2008.

PINO, M. D. Políticas educacionais, emprego e exclusão social. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

TRÓPIA, P. V. O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 49, p. 1, 2009.

Submetido em 7 de abril de 2015.

Aprovado em 4 de julho de 2015.